

DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL E AGROPOLOS

Thatiana de Andrade Figueira¹

Ariany Maia dos Santos²

Marley Nunes Vituri³

Resumo: A agricultura passa por uma crise relacionada a altos custos de insumos derivados do petróleo, aliado a isso percebe-se tendências para uma alimentação mais saudável e também para proteção do meio ambiente. A sustentabilidade, portanto, aparece como um meio de congregar esses dois anseios, pois pretende utilizar métodos mais naturais na agricultura comercial - agronegócio. Este artigo discute o agropolo como uma alternativa para o desenvolvimento rural sustentável em comunidades rurais, utilizando a sustentabilidade como premissa. Para tanto, foram utilizadas as pesquisa bibliográfica e documental em livros, artigos, relatórios e sites na *web* que tratam sobre o assunto estudado. A pesquisa revela que a sustentabilidade inserida como um modelo nos agropolos é um importante fator para atingir a forma de desenvolvimento, que tem como um dos objetivos manter os recursos naturais para as gerações futuras e agregar economicamente o processo produtivo.

Palavras chave: agropolo, sustentabilidade, desenvolvimento rural.

Abstract: Agriculture is going through a crisis related to high costs of inputs derived from petroleum, allied to this we can see trends for healthier nutrition and for protection of the environment. Sustainability, therefore, appears as a means of combining these two desires, because you want to use more natural methods in commercial agriculture - agribusiness. This article discusses the agropolo as an alternative for sustainable rural development in rural communities, using sustainability as a premise. To this end, we used the literature and documentary books, articles, reports and web sites that deal with the subject studied. The research shows that sustainability

¹ Professora Universitária e Coordenadora de Projetos do MDA Território do Velho Chico BA. Gestora de Cooperativas (UFV), Mestre em Administração (UFMS). thatianafigueira@ufv.br

² Administradora (UFMS), Turismóloga (UNIDERP), Mestre em Administração (UFMS). arianymaia@hotmail.com

³ Administradora (UNICASTELO), Mestre em Administração (UFMS). marleyvituri@hotmail.com

included as a model in agropolo is an important factor to achieve the form of development that has as an objective to maintain natural resources for future generations and aggregate economic production process.

Key-words: agropolis, sustainable, rural development.

1. Introdução

A agricultura tem passado, nas últimas décadas, por profundas transformações, saindo de uma era em que as atividades eram rudimentares, baseadas na força humana empregada, sem utilização de tecnologias, e entrando na era de inovações tecnológicas, conhecida como a era do conhecimento, o que trouxe avanços consideráveis e, ao mesmo tempo, questionáveis quanto às previsões econômicas, sociais e ambientais.

Percorrendo o caminho das mudanças no que tange a agricultura, desponta o conceito do agronegócio que em 1957 foi elucidado na universidade de Harvard com a visão sistêmica dos processos agrícolas ao longo da cadeia produtiva. No Brasil o termo tornou-se notório cerca de trinta anos depois. Atualmente o agronegócio tem um impacto significativo para todos os setores da economia brasileira, seja para a Indústria, Comércio ou Serviços, mas principalmente para a geração de divisas.

No meio rural, especialmente, como elucida Zylbersztajn (2005, p.19) o agronegócio apresenta ainda, um enfoque não estático visto sua complexidade onde, “a produção agrícola pode ser caracterizada como uma atividade de crescente complexidade, o que leva o agricultor a lidar com aspectos técnicos, mercadológicos, de recursos humanos e ambientais”.

Esse dinamismo requer uma percepção apurada do espaço rural. Devido a uma fraqueza desse aprofundamento, tal espaço enfrenta uma série de problemas que perduram e que se intensificam com o passar dos anos. Muitas dificuldades são conseqüências de ações do passado e da carência de políticas públicas adequadas. Para promover o desenvolvimento no meio rural é fundamental a busca de alternativas e políticas públicas direcionadas para recuperar este meio e para

proporcionar melhores condições de vida à sua população (CHONCHOL, 2005).

A realidade da agricultura brasileira, em especial da agricultura familiar, admite importantes elementos nas estratégias do desenvolvimento rural sustentável. O papel do Estado, neste caso, é vital na manutenção e ampliação de políticas públicas que promovam o desenvolvimento social e econômico da agricultura, especialmente a familiar, dentro de uma perspectiva que valorize os aspectos culturais, políticos e econômicos e, ainda, não abdique das responsabilidades de proteção ambiental que atualmente vêm penetrando na opinião pública de forma crescente.

Aliado a estas questões apresentadas verifica-se que existem algumas tendências que evidenciam a importância de se ter alternativas para a agricultura familiar. Uma destas tendências é o fator ambiental, de grande interesse para um nicho de mercado que comporta consumidores exigentes, que incluem o grande apelo por produtos ambientalmente limpos e que se dispõem a pagar preços diferenciados por tais produtos. Outra tendência importante é a preocupação com a saúde, a partir do consumo de alimentos saudáveis e que não contenham substâncias indesejáveis (NEVES, 1995).

Dentro desta perspectiva, e revelando a real possibilidade de oferta dos anseios consumistas que também alcançam os próprios agricultores inseridos no processo produtivo, apresenta-se com pertinência a agricultura de ordem familiar não baseada em modelos químicos de produção como, ao mesmo tempo, unidade de produção, de consumo e de reprodução e, portanto, funcional mediante uma lógica de produção combinada de valores de uso e de mercadorias, objetivando sua reprodução que, obviamente, trata-se de uma lógica diferente daquela que impulsiona a agricultura embasada nas práticas difundidas pela Revolução Verde.

Dito de maneira breve, e assumindo a centralidade da agricultura familiar nos processos de desenvolvimento rural sustentável, pode-se afirmar que, como resultado da aplicação dos princípios da agroecologia,

podemos alcançar uma agricultura de base ecológica e, assim, obter produtos biologicamente superiores com ganhos simultaneamente superiores. Conceitualmente, a agroecologia é a transição dos atuais modelos de desenvolvimento rural e de agricultura convencionais para estilos de desenvolvimento rural e de agricultura sustentáveis (Caporal e Costabeber, 2000a; 2000b; 2001, 2002), permitindo o estudo das atividades agrárias sob uma perspectiva ecológica.

Paralelamente, o desenvolvimento sustentável é aquele que satisfaz as necessidades da geração presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras para satisfazer as suas próprias necessidades (CAPORAL e COSTABEBR, 2002). Sevilla Guzmán (1999) proporciona uma conceituação mais ampliada e bastante coerente com a noção de desenvolvimento, ao afirmar que

a agroecologia pretende o manejo ecológico dos recursos naturais, através de formas de ação social coletiva que apresentam alternativas à atual crise de Modernidade, mediante propostas de desenvolvimento participativo desde os âmbitos da produção e da circulação alternativa de seus produtos, pretendendo estabelecer formas de produção e de consumo que contribuam para encerrar a crise ecológica e social e, deste modo, restaurar o curso alterado da coevolução social e ecológica (Guzmán, 1999).

Uma alternativa para a construção da agricultura familiar embasada na agroecologia em prol do desenvolvimento rural sustentável é possível a partir dos agropolos, que se constituem numa organização ou num empreendimento que abrange toda a cadeia produtiva, isto é, a partir da produção básica inicial, passando pela agroindústria até aos consumidores finais. Ele incorpora um processo de troca contínua de conhecimentos entre os envolvidos dentro e fora de sua região de amplitude.

Além disso, o agropolo tem o papel de definir as potencialidades e vocações econômicas de uma determinada área. A idéia subjacente é de que essa iniciativa deve ser sustentada na organização das cadeias produtivas, com geração de rendimentos econômicos a todos os atores que participam ou se envolvam neste processo. O destaque a ser reconhecido

pelos participantes na implantação de um agropolo está ligado à eficácia de sua gestão.

O modelo de administração das atividades do pólo deve ser compartilhado entre representantes dos diversos segmentos institucionais e empresariais. A concepção, portanto, de um agropolo não depende apenas de planejamento, mas de reconhecer a importância das etapas de sua constituição e solidificação. Em síntese, essa iniciativa tem como objetivo básico reagrupar pesquisas multidisciplinares, qualificar profissionais e, sobretudo, as empresas com a finalidade de permitir um desenvolvimento regional e sub-regional organizado e integrado com transferência tecnológica e a manutenção de inovações.

Um ponto de partida para a atividade dos agropolos é a observação em algumas regiões ou sub-regiões do país de uma concentração de investimentos muito forte em empresas agroindustriais e o surgimento no mapa do agronegócio brasileiro de alguns pontos de referência que demonstram cabalmente que estão desenvolvendo atividades concentradas no agronegócio; ou seja, o aparecimento de sub-regiões onde há investimentos cada vez mais crescentes em negócios rurais.

Convém tratar o papel do agropolo como instrumento de equilíbrio sócio-econômico e, ainda, considerá-lo como meio para o desenvolvimento regional. Ao se tratar de desenvolvimento, este requer a reflexão de como inserir aqueles que estão marginalizados, não somente pessoas, como também micro, pequenas e médias empresas, rurais e urbanas.

Nesse sentido, e na medida em que o objetivo geral deste trabalho é expor uma alternativa de desenvolvimento sustentável em comunidades rurais, a agroecologia inserida nos agropolos caracteriza-se como determinante para a fundamentação teórica desse processo, aqui, como uma co-evolução dos sistemas naturais, econômicos e sociais. A pesquisa tem como objetivo subsidiário a exposição das inadequações do modelo agrícola petro-dependente, inserindo o agropolo como uma alternativa

sustentável para o meio rural. Ademais, o contraponto entre desenvolvimento e crescimento econômico é parte da exploração deste trabalho.

Tendo em vista que a agricultura dependente de insumos externos encontra-se em uma crise de altas dos preços, cada vez mais é propício um espaço para agricultura orgânica no país, a partir deste espaço aberto surgem diversas alternativas agroecológicas de produção. Por isso, questões como o porquê da agroecologia inserida nos agropolos e como o desenvolvimento rural sustentável permeia esses pólos de produção surgem como um novo cenário a ser estudado.

Para tanto, foi utilizada a pesquisa bibliográfica e documental (LAKATOS; ZAMBONI, 1990). Nesta pesquisa, então, os dados secundários foram fonte para o desenvolvimento teórico apresentado neste artigo.

2. Desenvolvimento

2.1 Agricultura e premissas de sustentabilidade

Dentre tantas modificações nas técnicas produtivas, o processo de transformação do manejo com práticas da “Revolução Verde” para o manejo ecológico é chamado de “conversão”. As causas para a conversão são as mais diversas. Para alguns, a questão das doenças oriundas do uso de agrotóxicos os fazem se inserir neste processo de mudança. Para outros, por questões meramente filosóficas. Para outros, ainda, por ter o produto orgânico um maior valor agregado.

Embora haja divergência de interesses quanto à conversão, existe um ponto central: por mais diversos que pareçam ser os caminhos condutores, aos poucos os inseridos neste processo de mudança alcançarão a proposta ecológica, filosófica, econômica e social da agroecologia e, então, serão atores da criação de sistemas sustentáveis.

Altieri (1989) pressupõe que a agroecologia tem surgido como enfoque novo ao desenvolvimento agrícola, apresentando maior sensibilidade as complexidades dos agricultores locais, objetivando ampliar

a sustentabilidade, segurança alimentar, estabilidade biológica, conservação dos recursos e equidade junto com o objetivo de maior produção.

Dentro desse contexto, é notório que as técnicas agroecológicas foram se alastrando pelo mundo e uma crescente preocupação sócio ambiental vêm assumindo uma nova perspectiva em relação ao comportamento dos produtores e consumidores. Weid (2001) colabora afirmando que a agroecologia se estabelece mobilizando as experiências e habilidades dos agricultores e aliando os conhecimentos científicos mais avançados trazidos a realidade local das comunidades.

Torna-se pertinente ressaltar que a agroecologia já começou a ser incorporada às pesquisas acadêmicas e a muitos cotidianos de produtores rurais. Alguns casos de experiências agroecológicas em diversas partes do mundo, até mesmo no Brasil, ilustram que essa abordagem permite aumentar a produtividade dos cultivos cerca de 98%, considerando a média. Nos estudos mais avançados, esses aumentos chegam a 600% (WEID, 2001).

Incorporada por diversos projetos com perfis “sustentáveis”, esta ciência, acima de tudo, vem encontrando seu espaço junto aos agricultores familiares, aqueles que sentem diretamente os males financeiros e fisiológicos da agricultura ainda chamada convencional. Malgrado sejam tratados como coadjuvantes na história da agricultura brasileira, são estes trabalhadores que abastecem o mercado interno e decruam a agroecologia através de seus princípios e mecanismos formais, portanto responsáveis diretos da alavancagem da produção agroecológica no país.

2.2 Desenvolvimento Rural Sustentável e os Agropolos

Com o intuito de complementar a compreensão da agroecologia, o desenvolvimento rural, em sua forma sustentável destaca a importância da agricultura familiar. Contribuindo para essa análise, Weid (2001) afirma que

a agroecologia é o exemplo mais pertinente para o desenvolvimento sustentável da agricultura.

O desenvolvimento rural sustentável, conforme definição de Ormond (2006), é o estabelecimento de programas que promovam o acesso à terra, estimulando a agricultura familiar e a diferenciação das economias rurais através da utilização de políticas públicas que despertem a diversificação das atividades econômicas locais, a valorização e conservação da biodiversidade e dos recursos ambientais e a diminuição das desigualdades sociais, através de melhor distribuição de renda e do tratamento adequado quanto ao gênero, etnia e idade.

A análise do desenvolvimento rural sustentável é bastante complexa e possui vários pontos de vista. Moseley (2003, apud KAGEYAMA, 2004) acredita que a noção de desenvolvimento rural sustentável deve fundamentar-se sobre a idéia de “conservação do capital”, que aparece sob quatro formas: o capital ambiental, o capital humano, o capital social e o capital construído.

Para que o processo de desenvolvimento rural seja sustentável, é necessário que mudanças substanciais aconteçam. Como melhorias sociais, políticas, culturais, econômicas e ambientais sob uma ótica de solidariedade e ética.

Partiu-se do pressuposto, neste artigo, de que o desenvolvimento, em sua formulação mais ampla, equivale à efetivação de potencialidades sociais, culturais e econômicas de uma sociedade, em perfeita sintonia com o seu entorno ambiental e com seus valores políticos e éticos.

Além disso, entende-se o desenvolvimento rural sustentável como um processo gradual de mudança que encerra em sua construção e trajetória a consolidação de processos educativos e participativos que envolvem as populações rurais. Corroborando com isto, a sustentabilidade em agrossistemas é algo relativo que pode ser medido somente *ex-post*. *Sua prova estará sempre no futuro* (GLIESSMAN, 2000). É preciso,

portanto, agir com compromisso, uma vez que as ações presentes serão percebidas no futuro.

Por conseguinte, fazemos à junção das expectativas de um desenvolvimento rural sustentável com as propostas positivas de um modelo de gestão pautado na premissa de esforços ordenados em um espaço geográfico determinado, na melhoria da qualidade de vida da população envolvida, por meio do aumento do emprego e da renda – conhecido como agropolos.

Modelo tal, adotado no Brasil no final dos anos 90, que propicia o desenvolvimento regional por meio da exploração sustentável dos recursos naturais. Os agropolos preconizam um modelo de gestão cooperativa. Sua concepção surgiu no momento em que algumas lideranças do Brasil foram à Europa e observaram, principalmente na França, as *agropolis*, uma figura operacional ou uma figura de concentração de serviços e tecnologias a favor da atividade do agronegócio em determinadas regiões (CARVALHO, 2000).

O agropolo, portanto, caracteriza-se como uma rede de empresas e instituições (públicas, privadas e científicas) com o objetivo de desenvolver novas tecnologias e de atender a uma determinada parcela das necessidades dos consumidores (TRICHES, 2002). Para Ormond (2006) o agropolo é um espaço geográfico onde agentes econômicos e órgãos públicos e empresas privadas agem estrategicamente no sentido de aprimorar a organização e gestão tecnológica das cadeias produtivas do setor agropecuário adotando enfoque sistêmico e buscando o desenvolvimento sócio-econômico com base no desenvolvimento sustentável.

A principal meta da criação de agropolos é a melhoria da qualidade de vida da população por meio de um fomento sustentado dos níveis de produção e produtividade agropecuária. E para cumprir com esta meta, a primeira estratégia é a identificação e promoção de uma série de produtos

prioritários que se ajustam a demanda do mercado, as tecnologias atuais e as políticas públicas de desenvolvimento (LITTLE, 1999).

O autor acrescenta que no entorno do agropolo deve haver um centro urbano principal que ofereça os serviços econômicos e políticos e, além disso, uma infra-estrutura para garantir o funcionamento apropriado deste pólo em nível micro-regional. É, portanto, o privilégio da agricultura nos moldes da produção sustentável com as interações comerciais que tornam a agricultura um negócio.

Primeiramente para a implantação de um agropolo é preciso a sensibilização da comunidade envolvida. Neste contexto, enquadram-se produtores, governo, escolas, empresários, comerciantes e demais líderes da região escolhida. Uma vez implantado, o agropolo busca ao mesmo tempo preservar as características da agricultura familiar, com sua lógica de produção e respeito à biodiversidade cultural, e inserir esse mesmo produtor numa lógica empresarial. Eis, aí, o grande desafio para a sustentabilidade do rural familiar em intercurso com a responsabilidade do negócio rural.

Outra característica, é que os agropolos procuram identificar cadeias produtivas ainda não exploradas na região. Ademais, os agropolos não visam apenas à lucratividade, mas principalmente, a qualidade dos produtos destinados ao mercado e à maturidade das relações entre os agentes envolvidos. Ainda, é uma prática que se preocupa com as questões sociais e ambientais. Ou seja, com o desenvolvimento rural sustentável.

Little (1999) assevera que para os agropolos conseguirem atingir um alto grau de sustentabilidade, eles devem se interessar pela forma de ingressar nos ecossistemas da micro-região (sustentabilidade biofísica) e também com sua harmonização com o entorno social em que está inserido (sustentabilidade social) e com as exigências do mercado verde.

A sustentabilidade biofísica está relacionada com as leis ambientais aplicadas a atividade, principalmente as que se referem ao uso de agrotóxicos, ao desmatamento e a proteção da biodiversidade. Ao

mesmo tempo, deve aliar ações de proteção ao meio ambiente, preservação de ecossistemas e conservação dos recursos naturais.

Já a sustentabilidade social relaciona-se com a solução de entraves sócio-ambientais existentes e as maneiras de se evitar a geração de novos conflitos. Esses entraves referem-se a pendências e/ou confrontos entre diferentes grupos sociais, habitantes de uma mesma micro-região, sobre o acesso, o comando e a utilização dos recursos naturais.

Em relação às exigências do mercado verde, os agropolos devem estar atentos aos mecanismos que certificam os produtos como produzidos de maneira ecologicamente correta. Além disso, os “selos verdes” representam um importante meio para a normalização da produção ambientalmente correta.

2.3 Ação pública como instrumento de interação entre a comunidade local

O extensionismo rural brasileiro baseia-se nas ações públicas dos órgãos estaduais de assistência técnica, instituições que acabam desdobrando-se para atender os agricultores e suas famílias nas complexas demandas no meio rural. E, em alguns casos, em organizações não-governamentais que se propõem a suprimir lacunas oriundas destes órgãos com o escopo de alcance dos agricultores, em sua maioria, de ordem familiar.

Na política agrícola brasileira, de acordo com Medeiros (1999), o que predomina é o emprego de recursos voltados aos mercados agrícolas e a resolução de dificuldades conjunturais, não dando muita ênfase aos problemas estruturais da agricultura e do espaço rural. O autor contribui afirmando que é necessário implementar políticas de apoio ao desenvolvimento regional e para isso é importante que ocorra a delimitação de um sistema produtivo regional competitivamente dinâmico, visto que existe os efeitos da concorrência real estabelecida entre as próprias regiões do país e também o processo de globalização expande o espaço da

concorrência internacional. Mas é importante não esquecer que a nova tendência é, certamente, o desenvolvimento sustentável.

Segundo Baptista (1979), a política governamental pouco tem apoiado o desenvolvimento sustentável, e ainda não é suficiente dentro do sistema em nível nacional. Os avanços que foram obtendo o desenvolvimento sustentável deram-se graças aos esforços individuais, assim como grupos técnicos, ou mesmo entidades de organismo internacionais como a Organização das Nações Unidas - ONU, e a Organização dos Estados Americanos - OEA.

Para Veiga (2005) o Estado pode induzir a interiorização do desenvolvimento, mas pouco tem-se evidências de eficiências econômicas desse tipo de ação. Mesmo investimentos em infra-estrutura, com bons impactos na produtividade, costumam ter limitadíssimos efeitos dinâmicos em economias regionais de baixo desempenho.

Ainda conforme Veiga (2005), não apenas deve ser eficaz o lado produtivo, mas sim problematizar o lado social, a concentração econômica e questões ambientais pertinentes. Alguns planos desenvolvidos por economistas apenas apóiam-se em critérios de equidade, dificultando o progresso do processo em si, pois este apenas entende como redução da pobreza, e não como um desenvolvimento regional como o agropolo.

Ainda, para o autor, a melhor forma de sucesso desses planos encontra-se em programas de caráter microrregional, pois haverá um melhor consenso que nos de caráter macro ou mesorregional. Tende a se formar, assim, largo consenso de que a melhor orientação normativa é a da articulação dos governos federal, estaduais e municipais para intervenções, afim de que haja uma disparidade em espalhar e multiplicar o crescimento econômico em uma determinada região.

Dentro deste contexto, uma parceria de destaque para o desenvolvimento de pesquisas em agronegócio, foi entre o Centro Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa Tecnológica (ABIPTI). Desde 1996

essas duas entidades se uniram para manter um diálogo com lideranças de instituições regionais para garantir um apoio técnico-financeiro aos seus programas.

A partir dessa união surgiu o Projeto de Implantação de Agropolos – ABIPTI/CNPq. No final de 1997 o referido projeto começou a funcionar, e em seguida, o Sebrae deu suporte financeiro e técnico. Dois objetivos se destacam neste programa: a coleta de dados, informações e subsídios para que o Poder Público tenha elementos para o delineamento de uma estratégia de implantação de um sistema de Agropolos em todo o país e também a contribuição para a realização de uma conceituação homogênea e definições de procedimentos que promovam de forma ordenada a estruturação do programa.

2.4 Agronegócio e agricultura familiar: de que lado está a sustentabilidade?

De acordo com Guterres (2006), “a agricultura familiar no Brasil vem vivenciando um processo de perda de saberes locais populares, num processo crescente, em função do avanço das classes dominantes e do controle hegemônico do capital externo no campo”.

Urge, portanto, o resgate de identidades locais, tradicionais e culturais de saberes populares, para que seja possível a construção de um desenvolvimento rural sustentável, contrapondo o avanço convencional “modernizador” que se impõe e coloca em risco o futuro do meio ambiente e da população brasileira.

Esses resgates em prol do desenvolvimento rural passam pela tomada de consciência da identidade da classe social, da valorização dos recursos internos à comunidade, onde a questão cultural e as tradições tenham um valor imprescindível para qualquer processo de tomada de decisão para a transformação da realidade em que vivem os camponeses.

Para a construção de um modelo de desenvolvimento, que começa na comunidade, nos grupos de base, com seu conjunto de famílias tendo o

controle social, alguns pressupostos teóricos e metodológicos são necessários, como o resgate e a reconstrução de valores éticos e culturais, na relação entre si e com a natureza. O campo de ação deve se unir ao conjunto de valores socioculturais e históricos (a reconstrução do saber local) para o resgate da identidade própria tipicamente camponesa, preservando as diversidades de vida – biológica e cultural.

Segundo Boef et al. (2007) os benefícios alcançados podem ser econômicos, ecológicos e socioculturais para os agricultores, as comunidades rurais e a sociedade. Nos últimos anos, nos meios acadêmicos brasileiros e no debate social sobre o papel do agronegócio, portanto, e da agricultura familiar, tem sido comum apresentar esses dois “setores” como tendo interesses muito antagônicos.

Vários estudos têm provado que, além de empregar um contingente significativo de pessoas, um segmento consolidado da agricultura familiar tem contribuído muito para as exportações e para o atendimento do mercado interno, em nada devendo às dinâmicas produtivas do agronegócio. Assim, parece equivocada associar agronegócio unicamente à agricultura patronal, esta por vezes pouco produtiva, bem como associar agricultura familiar exclusivamente à produção de autoconsumo.

Trata-se de uma perspectiva diferenciada de conceitos e práticas que acabam por complementar espaços que, até então polarizados, expressam por si mesmos suas interações. O desafio que é elucidado consiste em um agricultura com os princípios e valores mantidos e perpetuados pela agricultura familiar no Brasil associado a garantia de ganhos de produtividade agrícola conceitualmente encontrada nos pareceres do agronegócio brasileiro.

Grandes mudanças engendraram o processo de modernização da agricultura existente o que desencadeou críticas em relação às técnicas e aos processos produtivos. Mas, na realidade, o que observou-se é que

embora haja diferenciação terminológicas a questão sustentabilidade encontra-se nas distintas terminologias.

A noção de agricultura sustentável é recente no contexto histórico e geralmente associada ao debate social atual e com incidência nos espaços geográficos dessemelhantes. A proposta e o desenrolar econômico tanto do agronegócio quanto da agricultura familiar, embora sejam destacadas de maneira a ser contraponto, e embora conceitualmente o contraponto já vem sendo aproximado à uma via de mão única, o que resta ressaltar é que a prática produtiva, as tecnologias agrícolas em prol de sustentabilidade vem recebendo denominações como, por exemplo, agricultura ecológica que independe de seus espaço e sua grandeza capital para sua definição e efetivação.

A lógica da sustentabilidade enquanto puramente contestadora do ponto de vista dos espaços no meio rural, acaba por enclausurar o interior desses espaços em diversos aspectos chegando até mesmo a engessar a prática de sustentabilidade em função de conceitos prévios.

A busca acadêmica e técnica em um panorama não tão longínquo concentra-se, portanto, na legitimidade do subsídio e sustento no campo de um exercício de agricultura que extrapole espaços, minimizando o poderio que as nomenclaturas exerciam sobre a prática agrícola e sobressaltando questões de ordem técnicas possíveis de aplicação os diferentes contextos e, ademais, evidenciando a interdependência dos espaços como forma de quebra de alguns paradigmas.

3. Considerações finais

O presente artigo teve como intuito apresentar o agropolo como uma alternativa de organização para a produção rural com proposta sustentável. Este é um tema relevante e atual na medida em que existe um aumento na demanda por produtos considerados “verdes” e também uma maior preocupação com a questão ecológica.

Esta alternativa está intimamente ligada ao processo de desenvolvimento rural sustentável, que objetiva a melhoria da qualidade de vida e renda dos envolvidos, a proteção ambiental, o combate ao desmatamento, entre outros.

O poder público é um dos agentes fundamentais para a execução de projetos como este. As diversas parcerias do governo com empresas de assistência técnica, instituições de crédito rural, qualificação de mão de obra, entre outros, criam um contexto que permitem maior segurança para o agricultor e sua família.

Portanto, a implantação e a continuidade dos agropolos alavancam a economia e a consequente constituição do capital social da comunidade envolvida, incentivando a permanência dos agricultores no campo juntamente com suas famílias. Concomitantemente a isso, a agricultura praticada nos pólos que faz uso dos princípios agroecológicos está inserida no modelo sustentável. Modelo este que pretende praticar uma atividade econômica baseada em recursos naturais, de maneira que estes recursos não se esgotem no curto prazo, pretende também explorar e preservar a biodiversidade da região, minimizando alterações nos ecossistemas, mantendo essa atividade para a próxima geração.

Neste contexto, a agrobiodiversidade colabora economicamente com a idéia do ótimo no longo prazo, ao invés do máximo em curto prazo. O rendimento ótimo é aquele que concilia a exploração com a preservação. A agricultura familiar é estritamente embasada neste modelo econômico denominado ótimo por ser a terra sua fonte de alimento, trabalho, renda, etc.

Finalmente, este trabalho foi concebido com o intuito de explicitar o agropolo como uma opção viável para as comunidades rurais que trabalham com a agricultura familiar e anseiam entrar no mercado do agronegócio sustentável.

4. Referências Bibliográficas

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia**: As bases científicas da agricultura alternativa. Trad. Patrícia Vaz. PTA/FASE. Rio de Janeiro. 1989. 240p.

BAPTISTA, M. V. **Desenvolvimento de comunidade**: estudo da integração do planejamento do desenvolvimento de comunidade no planejamento do desenvolvimento global. 3. ed. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

BOEF, W. S. [et al]. **Biodiversidade e Agricultores**: fortalecendo o manejo comunitário. Porto Alegre: L&PM, 2007.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável**: perspectivas para uma nova Extensão Rural. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, v.1, n.1, p.16-37, jan./mar. 2000a.

_____. **Agroecologia e sustentabilidade**. Base conceptual para uma nova Extensão Rural. In: WORLD CONGRESS OF RURAL SOCIOLOGY, 10., Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: IRSA, 2000b.

_____. **Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável**: perspectivas para uma nova Extensão Rural. Em: ETGES, V. E. (org.). Desenvolvimento rural: potencialidades em questão. Santa Cruz do Sul: EDUSC, 2001. p.19-52.

_____. **Análise multidimensional da sustentabilidade**: uma proposta metodológica a partir da Agroecologia. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, v.3, n.3, p.70-85, jul./set. 2002.

CARVALHO, E. B. S. **Estímulo à estratégia cooperativa como condição para o desenvolvimento local**. Revista econômica do Nordeste – Fortaleza, v. 31, n. 3, p. 384-395, jul/set. 2000.

CHONCHOL, J. **A soberania alimentar**. Estudos Avançados, v.19, n.55, p.33-48, 2005.

GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia**: processos ecológicos em agricultura sustentável. Porto Alegre: Editora da Universidade – UFRGS, 2000.

GUTERRES, I (org.). **Agroecologia militante**: contribuições de Enio Guterres. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

KAGEYAMA, A. **Mudanças no trabalho rural no Brasil, 1992-2002**. Agric. São Paulo, São Paulo, v. 51, n. 2, p. 71-84, jul/dez. 2004.

LITTLE; P. E. **Agropolos e meio ambiente: a dimensão conceitual.** in: Agropolos uma proposta metodológica. ABIPTI.- Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa Tecnológica. Brasília (DF), 1999.

MEDEIROS; J. X. **Inserção de políticas públicas no processo de desenvolvimento regional e do agronegócio.** in: Agropolos uma proposta metodológica. ABIPTI.- Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa Tecnológica. Brasília (DF), 1999.

MELLOR, J. W. **O planejamento do desenvolvimento agrícola.** Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1966.

ORMOND, J. G. P. **Glossário de termos usados em atividades agropecuárias, florestais e ciências ambientais.** Rio de Janeiro: BNDES, 2006.

NEVES, M. F. **Agribusines:** conceitos, tendências e desafios. In: ZYLBERSZTAJN, D; GIORDANO, S.R.; GONÇALVES, M.L. Fundamentos do Agribusiness. I Curso de Especialização em Agribusiness. UFPB/PEASA/USP/PENSA: Campina Grande, 1996.

SEVILLA GUZMÁN, E. **Ética ambiental y Agroecología:** elementos para una estrategia de sustentabilidad contra el neoliberalismo y la globalización económica. Córdoba: ISEC- ETSIAM, Universidad de Córdoba, España, 1999. (mimeo).

TRICHES, D. **Agropólo da Serra Gaúcha:** uma alternativa de desenvolvimento regional a partir da inovação e difusão tecnológica. TecBahia, Revista Baiana de Tecnologia, Camaçari/BA. v. 17, n. 2, p. 47-56, mai./ago. 2002.

VEIGA, J. E. **Articulações intermunicipais para o desenvolvimento rural.** Disponível em <<http://www.econ.fea.usp.br/zeeli/>>. Acesso em: 26 abr. 2008.

WEID, J. M. **Qual estratégia para o desenvolvimento rural?** In: José Graziano, Jean Marc e Bianchini debatem o Brasil precisa de uma Estratégia de Desenvolvimento. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário/Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável/Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2001.

ZYLBERSZTAJN, D. **Conceitos gerais, evolução e apresentação do sistema agroindustrial.** In: ZYLBERSZTAJN, D.; NEVES, M. F. Economia e Gestão dos negócios agroalimentares. São Paulo: Pioneira Thomsom Learning, 2005.

5. Agradecimentos

As autoras agradecem à UFMS, especialmente ao Departamento de Economia e Administração - DEA, na pessoa do professor Doutor Renato Luiz Sproesser pela oportunidade de interlocução e conhecimentos construídos na disciplina “Introdução ao Agronegócio” ofertada no mestrado em Administração.

